



HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet – <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

j) Imposto e contribuição sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% de janeiro a julho e 16% de agosto a dezembro de 2022, ambos calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente.

Os créditos tributários de imposto de renda foram calculados sobre adições e exclusões temporárias e prejuízo fiscal acumulado. Os créditos tributários de contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados na rubrica "Outros créditos – diversos", e as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", respectivamente no realizável e exigível a longo prazo.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras. Os direitos decorrentes são registrados somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabam mais recursos.
- Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- As questões relacionadas às obrigações legais, fiscais e previdenciárias, onde estão sendo contestadas, através de demandas judiciais, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, são tratadas como obrigações com efeito suspensivo. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

l) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

A Instituição realizou um estudo do valor recuperável de ativos, não sendo identificadas perdas por redução do valor recuperável.

m) Operação de empréstimo e repasse

A Instituição financia suas operações de arrendamento mercantil com recursos próprios e com recursos captados diretamente de sua matriz no exterior, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. As taxas de juros praticadas nessas operações devem corresponder às taxas equivalentes às captações realizadas no mercado interno. As operações de empréstimos são efetuadas nas moedas em que a Instituição necessite no momento de suas captações podendo ser em taxa pré-fixada ou indexadas ao Dólar, CDI ou em qualquer outra moeda ou indexador que atenda às necessidades da Instituição. Os pagamentos desses empréstimos podem ser efetuados em períodos regulares de juros e o amortização de principal ou pagamento final pelo valor total da dívida de acordo com o fluxo pactuado em contrato.

n) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ações é feito pela divisão do lucro pela quantidade de ações.

o) Partes relacionadas

As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução CMN nº 4.818/2021, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

p) Resultado não recorrente

Resultados não recorrentes são os resultados que estão relacionados com as atividades atípicas da instituição, resultados não habituais e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes correspondem às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota 22.

4. Caixa ou equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalente de caixa são compostos por depósitos bancários, conforme abaixo apresentado:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades		
Depósito à vista/conta corrente	13.824	27.376
Total de caixa e equivalente de caixa	13.824	27.376

5. Ajustes nas operações de arrendamento mercantil

Os registros contábeis da Instituição são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados e sumariados na Nota Explicativa nº 3, principalmente os itens "a" e "d", diferem das práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular nº 1.429/1989 do BACEN, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultado e o consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Este ajuste gerou um crédito (superveniência) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 57.358 (R\$ 12.590 em dezembro de 2021), NE 20b.

Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o lucro líquido e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, porém as rubricas de ativo e resultado de arrendamento permanecem adequadamente apresentadas.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a opção feita pelo arrendatário, com cláusulas de atualização pós-fixada ou com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. A garantia dos arrendamentos a receber está suportada pelos próprios bens arrendados.

6. Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esse valor, em atendimento às normas do BACEN, é apresentado em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	31/12/2022		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	16.701	1.936.147	1.952.848
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(16.382)	(1.927.521)	(1.943.903)
Imobilizado de arrendamento (Nota 19)	43.893	3.031.925	3.075.818
Depreciações acumuladas (Nota 19)	(22.379)	(1.640.023)	(1.662.402)
Superveniência de depreciação	-	285.361	285.361
Provisão para perdas de bens arrendados (Nota 19)	(10.267)	-	(10.267)
Perdas em arrendamentos a amortizar	-	8.963	8.963
Creddores por antecipação do valor residual	-	(25.781)	(25.781)
Valores Residuais a realizar	-	88.509	88.509
Valores Residuais a balancear	-	(88.509)	(88.509)
Valor das Carteiras Operacional e Financeira	11.566	1.669.071	1.680.637

	31/12/2021		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	25.373	1.713.824	1.739.197
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(25.059)	(1.707.251)	(1.732.310)
Imobilizado de arrendamento (Nota 17)	122.026	2.623.780	2.745.806
Depreciações acumuladas (Nota 17)	(92.501)	(1.383.273)	(1.475.774)
Superveniência de depreciação	-	260.284	260.284
Provisão para perdas de bens arrendados (Nota 17)	(21.741)	-	(21.741)
Perdas em arrendamentos a amortizar	-	7.546	7.546
Creddores por antecipação do valor residual	-	(14.702)	(14.702)
Valores Residuais a realizar	-	47.033	47.033
Valores Residuais a balancear	-	(47.033)	(47.033)
Valor das Carteiras Operacional e Financeira	8.098	1.500.208	1.508.306

a) Diversificação por vencimento – Arrendamento Financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos		
A partir de 15 dias	4.961	2.378
A vencer		
Até 3 meses	217.313	182.257
De 3 a 12 meses	527.542	443.113
De 1 a 3 anos	781.909	706.841
De 3 a 5 anos	137.165	163.062
Acima de 5 anos	181	2.557
Total	1.664.110	1.497.830
	1.669.071	1.500.208

b) Diversificação por segmento de mercado – Arrendamento Financeiro

	31/12/2022		31/12/2021	
	RS	% – Sobre total	RS	% – Sobre Total
Sector Público Federal				
Indústria	21.988	1,3	45.707	2,7
Sector Privado				
Rural	937	0,1	2.044	0,1
Indústria	340.795	20,4	266.657	16,0
Comércio	344.727	20,7	245.759	14,7
Instituição financeira	37.951	2,3	58.943	3,5
Serviços	910.606	54,6	866.245	51,9
Habituação	12.067	0,7	14.853	0,9
Total	1.669.071	100,0	1.500.208	100,0

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Arrendamento Financeiro

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021, com base no valor presente dos contratos, os níveis de risco da carteira estavam assim compostos:

	31/12/2022				31/12/2021			
Nível de Risco	Curso Normal	Total de Vencidas	Carteira de provisão	Percentual Provisão	Total da carteira	Provisão	Percentual Provisão	
AA	84.456	-	84.456	-	-	15.737	-	
A	599.339	383	599.722	0,5	2.999	409.350	2.047	
B	587.561	560	588.121	1	5.881	607.431	6.074	
C	330.735	1.313	332.048	3	9.962	307.809	9.234	
D	33.776	677	34.453	10	3.445	60.335	6.033	
E	6.557	137	6.694	30	2.008	36.485	10.945	
F	3.087	269	3.356	50	1.678	755	378	
G	576	116	692	70	484	42.570	29.799	
H	18.023	1.506	19.529	100	19.530	19.736	19.736	
Total	1.664.110	4.961	1.669.071		45.987	1.500.208	84.246	

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial (leasing financeiro)	84.246	72.030
Complemento da provisão	10.188	13.092
Baixas contra a provisão	(48.447)	(676)
Saldo final (leasing financeiro)	45.987	84.246
Saldo inicial (leasing operacional)	799	1.075
Reversão /complemento da provisão	(378)	(142)
Baixa contra a provisão	-	(134)
Saldo final (leasing operacional)	421	799
Saldo final	46.408	85.045

O Crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os contratos de arrendamento financeiro

8. Ativo fiscal diferido

Créditos Tributários – Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2022
Créditos tributários de imposto de renda				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	5.435	-	(2.868)	2.567
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	23.697	1.080	-	24.777
Imposto de renda sobre BNDU	28	-	(16)	12
Passivo Contingente	8	20	-	28
Base negativa de imposto de renda	-	-	-	-
Subtotal	29.168	1.100	(2.884)	27.384
Créditos tributários de contribuição social				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	3.462	-	(1.819)	1.643
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	14.429	1.428	-	15.857
Contribuição social sobre BNDU	22	-	(14)	8
Passivo Contingente	6	11	-	17
Subtotal	17.919	1.439	(1.833)	17.525
Total	47.087	2.539	(4.717)	44.909

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2021
Créditos tributários de imposto de renda				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	8.561	-	(3.126)	5.435
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	25.425	-	(1.728)	23.697
Imposto de renda sobre BNDU	40	-	(12)	28
Passivo Contingente	-	8	-	8
Base negativa de imposto de renda	-	-	-	-
Subtotal	34.026	8	(4.866)	29.168
Créditos tributários de contribuição social				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	5.137	-	(1.675)	3.462
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	15.255	-	(826)	14.429
Contribuição social sobre BNDU	24	-	(2)	22
Passivo Contingente	-	6	-	6
Subtotal	20.416	6	(2.503)	17.919
Total	54.442	14	(7.369)	47.087

Com base no atual nível de capitalização e operações da Instituição, e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários, registrados em 31 de dezembro de 2022, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

Expectativa de realização	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Créditos tributários de imposto de renda						
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	1.663	713	191	-	-	2.567
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	13.953	3.293	2.714	1.539	3.277	24.776
BNDU	12	-	-	-	-	12
Outros passivos contingentes	29	-	-	-	-	29
Total	15.657	4.006	2.905	1.539	3.277	27.384
	14.252	3.318	2.190	1.056	2.046	22.862

Valor presente

	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Créditos tributários de contribuição social						
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	1.064	456	123	-	-	1.643
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8.930	2.108	1.737	985	2.097	15.857
BNDU	8	-	-	-	-	8
Outros passivos contingentes	17	-	-	-	-	17
Total	10.019	2.564	1.860	985	2.097	17.525
	9.120	2.124	1.402	676	1.309	14.631

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 9,718% ao ano, referente ao custo médio de captação da Instituição.

9. Outras obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para imposto de renda	11.778	920
Provisão para contribuição social	15.828	2.839
Imposto de renda retido na fonte a recolher	716	69
PIS e COFINS	1.116	745
Imposto sobre serviços a recolher	4.372	4.191
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 9b)	71.340	65.071
Provisão IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	6.075	4.548
Total	110.585	78.383
Parcela de curto prazo	42.901	13.312
Parcela de longo prazo	67.684	65.071

b) Provisão para imposto de renda diferido

As obrigações fiscais diferidas foram constituídas sobre o total de superveniência de depreciação apurado pela Instituição.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão para impostos diferidos apresentou a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2022
Imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (Nota 20 a)	65.071	6.269	-</	



HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet – <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

16. Outras receitas (despesas) operacionais

	2º semestre		
	2022	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas operacionais			
Multas e juros de mora sobre recebimentos em atraso	993	2.124	1.481
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.330	41.811	1.901
Juros Selic sobre antecipação de IRPJ e CSLL	1.326	1.408	484
Outras	29	466	855
	<u>6.678</u>	<u>45.809</u>	<u>4.721</u>
Outras despesas operacionais			
Multas e juros sobre impostos	-	(1)	-
Descontos concedidos	(648)	(1.101)	(944)
Diversos	(75)	(179)	(104)
	<u>(723)</u>	<u>(1.281)</u>	<u>(1.048)</u>

17. Resultado não operacional

	2º semestre		
	2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) na alienação de valores e bens	6.815	14.663	9.437
Provisão (reversão) para perdas em BNDU	150	64	50
Outras (despesas) rendas não operacionais	(97)	(314)	1.469
	<u>6.868</u>	<u>14.413</u>	<u>10.956</u>

18. Transações com partes relacionadas e remuneração da Administração

Os saldos e resultados de operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		
Sociais e estatutárias	6.630	2.524
Obrigações por empréstimos		
Compaq Trademark B.V. (Nota 10)	766.476	671.169
Outras obrigações – HP Financial Services Brasil Ltda	2.085	2.010
Resultado		
Despesas com operações de empréstimos (*)		
Compaq Trademark B.V.	(59.425)	(45.759)
Despesas administrativas		
Ratêio de despesas – HP Financial Services Brasil Ltda. (Nota 14)	(20.368)	(19.356)

Despesas com pessoal corresponde a 86,44% do total do rateio.

(*) Inclui o resultado da variação cambial sobre as operações de empréstimos em moeda estrangeira.

Os administradores da Instituição são remunerados através do regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo que eles estão alocados, primariamente, na entidade HP Financial Services Brasil Ltda. Considerando salários e benefícios de curto prazo, os administradores receberam em no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$ 2.178, dos quais repassados 80%, R\$ 1.742, foram repassados à Arrendamento Mercantil SA, uma vez que esta apresenta maior demanda no negócio e requerimentos e reportes ao Banco Central do Brasil.

19. Imobilizado de Arrendamento Operacional

Objeto	Taxa anual de depreciação (%)		31/12/2022	31/12/2021
Equipamentos de informática (Nota 6)	28,57%		43.893	122.026
Depreciações Acumuladas (Nota 6)			(22.379)	(92.501)
Provisão para perdas de bens arrendados (Nota 6/6f)			(10.267)	(21.741)
			<u>11.247</u>	<u>7.784</u>

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Demonstrativo do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
(Reversão) do crédito tributário diferido sobre provisão para perdas com bens de arrendamento operacional (Nota 8)	(4.687)	(4.801)		
Constituição/(Reversão) do crédito tributário diferido sobre provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (Nota 8)	2.508	(2.554)		
Constituição/(Realização) do crédito tributário diferido sobre BNDU (Nota 8)	(30)	(14)		
Realização/(Constituição) do imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação (Nota 8)	(6.269)	(3.014)		
Constituição/(Reversão) do crédito tributário diferido contingência passiva (Nota 8)	32	14		
Total ativo fiscal diferido	(8.446)	(10.369)		
Apuração do imposto de renda – corrente (Nota 20.b)	(11.778)	(920)		
Apuração da contribuição social – corrente (Nota 20.b)	(15.828)	(2.839)		
	<u>(36.053)</u>	<u>(14.128)</u>		

b) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	152.365	152.365	58.410	58.410
Adições (exclusões)				
Permanentes	(39.241)	(39.241)	(29.282)	(29.282)
Juros sobre capital próprio	(40.500)	(40.500)	(30.320)	(30.320)
Despesas/provisões dedutíveis e outras	1.259	1.259	1.038	1.038
Temporárias	(65.916)	(8.558)	(25.353)	(12.763)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Arrendamento mercantil	9.810	9.810	12.950	12.950
Provisão para perdas – Arrendamento operacional	(11.473)	(11.473)	(12.506)	(12.506)
Superveniência/insuficiência de depreciação	(57.358)	-	(12.590)	-
Provisão (reversão) para perdas em BNDU	(63)	(63)	(50)	(50)
Provisão Passivo Contingente	84	84	-	-

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Reversão de provisões não operacionais	-	-	-	-
Outras adições/exclusões	(6.916)	(6.916)	(13.157)	(13.157)
Base de cálculo antes da compensação do prejuízo fiscal	47.208	104.566	3.775	16.365
Base de cálculo após compensações	47.208	104.566	3.775	16.365
Encargos às alíquotas de 25% imposto de renda e 15% contribuição social de janeiro a julho e 16% de agosto a dezembro de 2022 – (Nota 3 item j)	(11.778)	(15.828)	(920)	(2.839)

21. Cobertura de seguros (não auditado)

O seguro dos bens arrendados está incluso no custo do imobilizado de arrendamento, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

22. Resultado não recorrentes

No exercício de 2022, a HPFSAM registrou uma receita não recorrente no valor de R\$ 36.947 mil referente a um cliente, do segmento de óleo e gás, que teve seu saldo contábil de R\$ 19.271 mil baixado para prejuízo em 2015 de acordo à Resolução CMN 2.682/99 artigo 7º. Sobre a perda registrada foi, em conformidade com o artigo 9º da Lei 9.430/96, aplicada a dedutibilidade aos cálculos dos impostos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, tendo, neste semestre, a devida tributação sobre o valor recuperado conforme demonstrativo abaixo:

	36.947
Receita não recorrente	36.947
Base de cálculo	36.947
PIS – 0,65%	240
COFINS – 4,00%	1.478
CSLL – 15%	5.284
IRPJ – 25%	7.486

23. Limites operacionais (Acordo Basileia)

De acordo com a Resolução nº 4.677/2018 o limite individual de risco por cliente ou grupo econômico é de 25% do Patrimônio de Referência (PR)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Instituição está enquadrada nos demais limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

O BACEN, através da Resolução nº 4.958/2021 define a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2022 é de 46,21% (42,35% em 31 de dezembro de 2021):

	31/12/2022	31/12/2021
Risco de crédito (RWA _{CREDITO})	125.473	117.018
Risco operacional (RWA _{OPERACIONAL})	19.992	21.683
Risco de mercado (RWA _{MERCADO})	140	130
Patrimônio de Referência Exigido	145.605	138.831
Parcela do Rban	2.115	3.075
Adicional de capital principal (ACP)	45.502	34.708
Patrimônio de Referência (PR)	841.099	734.968
Excesso de patrimônio em relação ao limite	647.877	558.354

24. Gerenciamento de riscos

De acordo com a Resolução 4.553/2017 do CMN, a Instituição está enquadrada no segmento S4.

a) Risco de mercado

A Instituição participa de operações ativas – arrendamentos a receber, aplicações financeiras e operações passivas – captações no mercado interno e externo junto à Matriz, bem como operações com derivativos financeiros, se aplicável, com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar exposições. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área financeira da Instituição através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração.

b) Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez tem como objetivo estabelecer níveis eficientes de recursos líquidos mantidos pelo Grupo com o objetivo de atender suas obrigações com clientes, parceiros e fornecedores, além de permitir que a instituição continue expandindo suas atividades com a estratégia da Administração.

c) Risco de crédito

A gestão de risco de crédito busca oferecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análises de exposições e tendências, bem como eficácia da política de crédito.

d) Risco operacional

O CMN, através da Resolução nº 4.557 de 23/02/2017, determinou a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Instituição implementou a estrutura de risco operacional, a qual está subordinada à sua diretoria e tem como objetivo avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, bem como identificá-los e acompanhá-los tomando as devidas providências para que sejam eliminados ou monitorados pelos gestores de risco operacional.

A empresa tem operações ativas e passivas vinculadas à variação cambial as quais estão equalizadas em termos de saldos não gerando efeitos positivos ou negativos devido a uma valorização ou desvalorização cambial.

As demais operações ativas (arrendamentos a receber) e operações passivas (Empréstimos) foram contratadas com taxas prefixadas e em CDI.

e) Análise de sensibilidade

Risco de mercado

Em cumprimento à Resolução BCB nº 02/2020, a instituição realizou análise de sensibilidade através da aplicação de metodologias de cálculo definido em suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um dos cenários elencados abaixo:

- Cenário 1: Choque de +100bps e +100bps nas curvas de juros e 5% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco
- Cenário 2: Choque de +200bps e +200 bps nas curvas de juros e 10% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
- Cenário 3: Choque de +300bps e +300 bps nas curvas de juros e 30% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Efeito bruto no resultado

Fatores de Risco	Exposições sujeitas a	Cenário		
		1	2	3
Taxas de juros em reais	Variação de Taxas de juros Pré-fixadas	(8.050)	(15.883)	(23.507)
Moeda estrangeira	Variação cambial	32	64	191

Os resultados apresentados referem-se sempre à pior perda (ganho) apurada para cada um dos cenários.

Risco de crédito

Com base em 31 de dezembro de 2022 o risco de crédito da instituição era composto por 1.624 clientes com exposição total de R\$ 1.684.002.

Para efeito do risco de crédito foram consideradas as operações de arrendamento mercantil financeiro e operações de arrendamento mercantil operacional. O Estudo foi elaborado considerando acréscimos na inadimplência da carteira de arrendamento mercantil.

Cenário base: A economia mundial ainda enfrenta turbulência devido aos resquícios da pandemia/ COVID-19 e consequências da guerra na Ucrânia. Ainda que os governos contribuam com apoio fiscal e os Bancos Centrais mantenham medidas expansionistas, as perspectivas são de desaceleração mundial, o que não difere no tocante Brasil que buscando uma trajetória de recuperação espera avanços na agenda do governo em termos de reformas que ajudariam a fortalecer o País. Apesar deste cenário mundial a HPFSAM mantém o volume de novas operações com excedente de 10,91% quando comparado com o *budget*.

Cenário moderado: Com o controle da situação pandêmica do COVID-19 permitiu a reabertura de vários setores do comércio e retomada da economia. A guerra na Ucrânia tem gerado impactos na economia como um todo, a escassez de matérias primas tem impacto na produção de equipamentos em geral o que, seguindo a lei da oferta e demanda, corrobora para subida de preços e consequente aumento da inflação.

Com o novo governo brasileiro há uma expectativa de reformas sendo o ajuste fiscal é uma das prioridades ainda que se espera também um aumento dos gastos públicos. Cenário de estresse: O Banco Central Brasileiro tem mantido elevada a taxa de juros para o controle da inflação ainda que há uma pressão política para diminuir a taxa básica de juros no sentido de fomentar a economia, o governo tem criticado a independência do Banco Central do Brasil o que não seria positivo à economia gerando uma vulnerabilidade no controle da inflação.

O Banco central segue intervindo no mercado de câmbio para sustentar a moeda em queda, quando necessário. Ainda em decorrência da pandemia/COVID-19 e a guerra na Ucrânia em conjunto com as sanções dos países ao governo Russo, o cenário econômico mundial apresenta incertezas com impactos negativos nas economias. Com base nos cenários acima descritos, foram calculados os seguintes impactos na carteira de arrendamento mercantil da instituição.

Cenário base: o valor da inadimplência era de R\$ 3.918 representando um percentual de 0,23% sobre a exposição total que era de R\$ 1.680.085.

Cenário Moderado: foi considerado um acréscimo no nível de inadimplência de 0,5% elevando o valor em 8.400.

Cenário de Estresse: neste cenário consideramos o nível de inadimplência em 1,5% com um acréscimo de R\$ 25.201 no valor da inadimplência.

25. Eventos subsequentes

Em 04 de Janeiro de 2023, o Banco Central do Brasil aprovou aumento do capital social da companhia em R\$ 25.772 mil, valor líquido pós dedução do impostos de renda na fonte R\$ 4.548 mil sobre o montante total de R\$ 30.320 mil, referentes aos Juros sobre Capital Próprio calculados sobre o balanço intermediário de 30 de novembro de 2021, passando o capital, a partir deste referido mês, dos R\$ 557.455 mil, em dezembro de 2022, para R\$ 583.227 mil em janeiro de 2023, com emissão de 28.321.158 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,91 por ações. O capital social ficará dividido em 790.912.230 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais classe A nominativas, sem valor nominal.

26. Assuntos diversos

a) Alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966/2021 – Em 25 de novembro de 2022, foi publicada a Resolução CMN 4.966/2021, dispondo sobre conceitos e critérios contábeis, que, no tocante à HPFSAM (operante exclusivamente com o produto/carteira de Arrendamento Mercantil), determinou a elaboração de um plano de implementação para apuração e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. De acordo com a Resolução CMN 4.553/2017 – Art. 2º § 4º, HPFSAM está classificada no Segmento 4 (S4), devendo desta forma, aplicar a metodologia simplificada de apuração para perdas esperadas associadas ao risco de crédito conforme Art. 50 da Resolução 4.966/2021. Em trabalho conjunto envolvendo as áreas de Finanças, Compliance, Cobrança e Crédito, foi elaborado e proposto o plano de implementação, em conformidade com o Capítulo IV, Art. 51 da Resolução 4.966/2021 o qual, em reunião do Conselho de administração em 02 de agosto de 2022 teve, por unanimidade, sua aprovação. Em conformidade com o Art.76 da Resolução CMN 4.966/2021, redação atualizada pela Resolução 5.019/2022, o referido plano encontra-se à disposição, nos arquivos da HPFS Arrendamento Mercantil SA.

Resolução CMN nº 4.975, publicada em dezembro/2021 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta resolução apresenta, como principais alterações, quando comparada às normas anteriores, impactos para arrendatários sendo: (i) ausência de classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso tendo como contrapartida um passivo de arrendamento com registro de despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e despesas de depreciação sobre o ativo de direito de uso sendo, essas, reconhecidas separadamente. Cabe ressaltar que a contabilização no arrendador permanece semelhante à atual, classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais.

b) Cenário Macroeconômico

Considerando cenário enfrentado, de mais de 2 anos, sob a pandemia pelo COVID-19, atualmente se encontra muito controlada, bem como um período aproximado de 1 ano com a guerra na Ucrânia, e correspondentes impactos na economia internacional, HP Financial Services Arrendamento Mercantil se manteve estável com crescimento de volume de novos negócios 10,91% acima do budget comparado 2022 versus 2021, um aumento de 11,26% no valor presente da carteira de leasing financeiro, principal produto da HPFSAM.

No tocante à área tributária, a MP 1.115 de 28/04/2022, houve majoração da CSLL de 15% para 16% aplicada no período de agosto a dezembro de 2022, voltando à 15% a partir de janeiro de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Martin Alberto Hornos
Presidente

Brad Stuart Shapiro
Membro

Susy Aparecida dos Santos
Membro

DIRETORIA

Ismael Paes Gervásio
Diretor

Alberto Hiroshi Okawa
Diretor

CONTADORA

Susy Aparecida dos Santos
CRC 1SP 255.088/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As dist